

DESEMPENHO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA PROFUNDIDADE DA CRISE ECONÔMICA

Fernando Duca¹

Introdução

A crise na qual a economia brasileira está imersa abriu espaço para diversas análises e interpretações que apontam causas diversas para o fenômeno. A própria marca do início da crise é objeto de discórdia. Enquanto o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) define o segundo trimestre de 2014 como o início da crise, há aqueles que preferem utilizar o ano de 2015 como a marca. Além deste ponto, há as mais diversas interpretações sobre suas causas, motivos, provável extensão e saídas possíveis. Como Rossi e Mello (2016, pp. 253-255) destacam, quatro são as principais vertentes interpretativas sobre a crise, todas com foco central na atuação da política macroeconômica do governo. Ainda, além destas, há a interpretação feita por Rezende (2016), com foco sobre o sobre-endividamento das empresas brasileiras.

Levando em conta o debate sobre a crise brasileira, mas sem trata-lo diretamente, este trabalho pretende analisar o desempenho econômico brasileiro recente com foco no mercado de trabalho. Como é consenso entre boa parte das análises econômicas sobre o ciclo de crescimento pós-2003, sua principal marca foi uma intensa geração de postos de trabalho e redução da desigualdade econômica, duas questões intrinsecamente associadas (Dedecca, 2015). Dado essa centralidade do desempenho do mercado de trabalho no ciclo econômico brasileiro, optou-se por avaliar mais de perto esta questão, avaliando a profundidade do impacto da crise. Além do mais, as especificidades do mercado de trabalho nacional ensejam uma análise mais detida da sua dinâmica, com foco mais restrito.

Desta forma, pretende-se analisar a conjuntura recente do mercado de trabalho. Para tanto é necessário pensar a estrutura produtiva e do próprio mercado de trabalho e estabelecer o recorte temporal a ser definido como conjuntura. É importante ter em mente que um mercado de trabalho como o brasileiro tem uma série de especificidades que remontam a sua formação histórica e que tais especificidades se manifestam de maneira diversa ao longo do espaço geográfico do país. É importante também definir o que se entende

1 Economista e Analista de Mercado de Trabalho do Sistema PED/DIEESE. Agradeço aos Estatísticos do Sistema PED/DIEESE Ana Paula Sperotto e Edgard Fusaro por terem feito a tabulação e tratamento dos dados.

por conjuntura do mercado de trabalho, qual o recorte temporal mais adequado de ser feito para essa definição, qual a forma de se definir esse recorte. Por último, cabe qualificar a relação entre desempenho econômico e mercado de trabalho. Para endereçar algumas respostas a estas questões, este artigo utiliza como fonte de informações primordial a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Este estudo se divide em três seções, além desta introdução. A próxima seção é dedicada a uma breve explanação da concepção teórica que se tem do mercado de trabalho brasileiro, levando em conta ser parte de uma economia subdesenvolvida. Também é feita uma proposta de periodização do desempenho do mercado de trabalho brasileiro desde o início do século, de forma a possibilitar o recorte temporal de análise. Na seção seguinte, a dinâmica econômica do país é brevemente descrita, de forma a qualificar a relação entre desempenho econômico e mercado de trabalho, para, em seguida, avaliar as mudanças percebidas no mercado de trabalho regional em decorrência da crise econômica. Por último, é feita uma síntese da discussão e são apresentadas as principais conclusões do estudo.

Mercado de trabalho no Brasil: concepção e periodização

A formação do mercado de trabalho no Brasil, assim como nos demais países subdesenvolvidos, notadamente os latino-americanos, foi marcadamente influenciada pela heterogeneidade da estrutura produtiva e o rápido e intenso processo de urbanização, com forte absorção de contingentes populacionais rurais (DIEESE; SEADE, 2009, p. 21). Dessa formação emergiu um mercado de trabalho marcado pela heterogeneidade das formas de ocupação, com parcela significativa da população alocada em postos de trabalho instáveis e com baixos salários, e insuficiência crônica na absorção dos contingentes populacionais que se dispõem a vender a força de trabalho. Como sustenta Carleial (2010, p. 127), as transformações pelas quais o capitalismo passou ressaltam ser o assalariamento a forma prevalente de inserção no mercado de trabalho; ou melhor, daqueles que, de fato, conseguem se inserir no mercado de trabalho. Ou seja, ao mesmo tempo em que a venda da força de trabalho é a forma própria e principal, no capitalismo, de se alocar a população em atividades produtivas, ela é insuficiente para a absorção de todo o contingente que se dispõe a trabalhar. Essa aparente contradição, como colocado, se mostra ainda mais explícita nas denominadas economias subdesenvolvidas, como já explorado por diversos autores, entre os quais, Furtado (1983) e Prebisch (1968), que cunharam, respectivamente, os conceitos de “excedente estrutural de mão de obra” e “insuficiência dinâmica”.

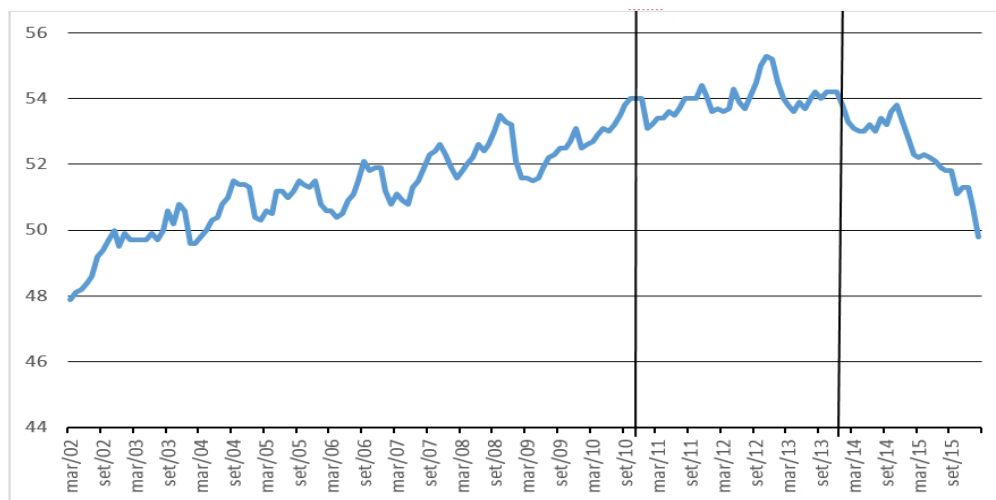
Devido a essas características, análises do mercado de trabalho de países subdesenvolvidos precisam considerar as especificidades dos sistemas econômicos desses países e sua tendência à absorção insuficiente da mão de obra

disponível para trabalho. Esta questão foi um dos pontos principais a incentivar e nortear a elaboração de documento da Cepal (1979), sobre a necessidade de elaboração de uma metodologia própria de medição do emprego e da renda, por meio de pesquisas domiciliares, para os países latino-americanos.

A história recente do registra Brasil um processo de mudanças, marcado, em termos gerais, por crescimento econômico com redução da desigualdade e melhora nas condições de emprego. Tal situação parecia marcar um rompimento com o histórico de alta informalidade e baixa, características típicas de um mercado de trabalho de uma economia subdesenvolvida como tratado por Furtado (1992). Além do mais, esse impulso do mercado de trabalho foi fundamental para impulsionar a demanda agregada e estimular o crescimento. Contudo, esse mecanismo foi insuficiente para gerar um modelo de crescimento de longa sustentação. Na virada de 2014 para 2015, quando a economia brasileira, como os níveis de crescimento dos anos anteriores já indicavam, entra definitivamente em estagnação e posteriormente recessão.

Mesmo assim, é importante ressaltar, que o mercado de trabalho passou por longo e contínuo processo de expansão, medido pela taxa de ocupação² (as oscilações são fruto da sazonalidade, típica do mercado de trabalho). A partir do Gráfico 1, pretende-se delimitar temporalmente a evolução do mercado de trabalho desde 2002³, em três períodos diferentes.

Gráfico 1 - Taxa de Ocupação (em %) - Brasil - mar/02 a fev/16



FORNTE: IBGE. PESQUISA MENSAL DE EMPREGO

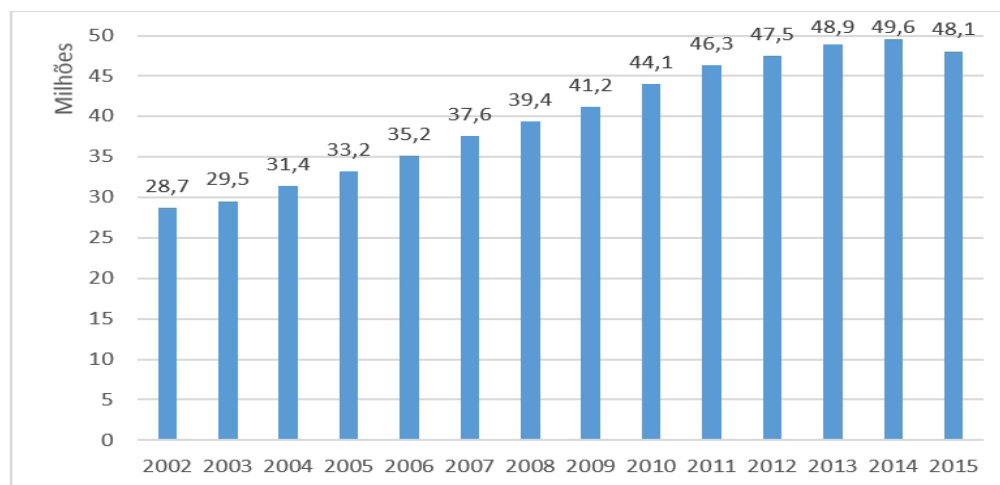
Como pode ser visto no Gráfico 1, a taxa de ocupação começou a passar por expansão contínua de 2002 até o final de 2010 - excetuando-se 2009, devido aos efeitos da Crise do *Subprime*. A partir de 2011, o mercado de trabalho

2 A taxa de ocupação mede a proporção da População em Idade Ativa (PIA) – no Brasil, a PIA é formada por pessoas com 10 anos ou mais – ocupada, ou seja, é a razão entre População Ocupada (PO) e PIA.

3 A escolha de 2002 deve-se a dois fatores principais. Primeiro, 2002 marca o início de um período de relativa estabilidade da economia internacional (após as crises da Argentina e Ponto Com), segundo, por ser o início da série histórica da Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

viveu um período de estabilidade, com algumas breves oscilações. A partir de 2014, o mercado de trabalho passa por intensa e contínua deterioração. Os dados do Gráfico 2, ajudam a situar melhor a situação, com dados da evolução do mercado de trabalho formal. Entre 2003 e 2014 o crescimento médio do estoque foi de 4,7%, sendo que no período 2004-2010 alcançou 5,9% e entre 2011 e 2014, 3,0%. A partir de 2015 tem início a queda do volume de emprego.

Gráfico 2 - Evolução do estoque de trabalhadores formais - Brasil - 2002 a 2015



FONTE: MTB. RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS

Atividade econômica e mercado de trabalho

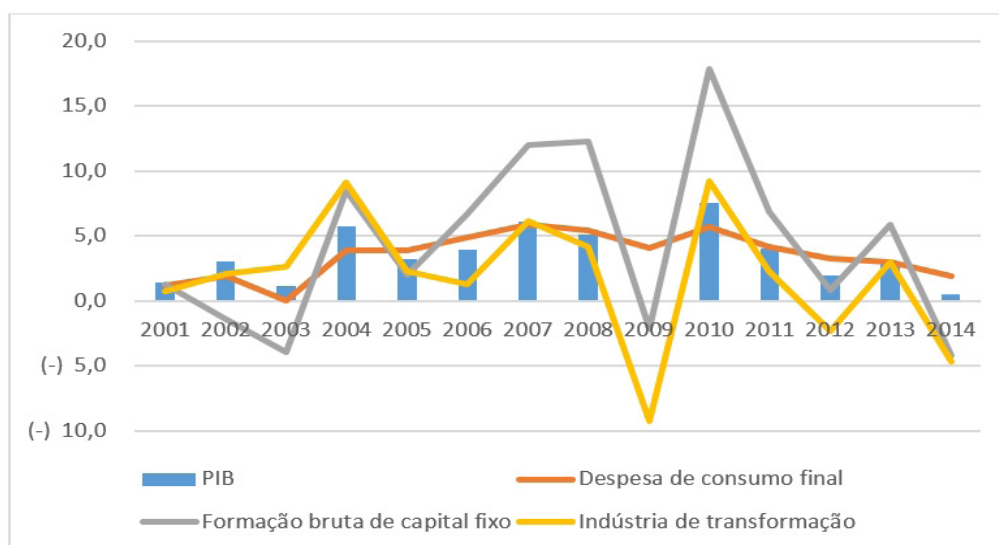
Para analisar a dinâmica do mercado de trabalho, é importante considerar a dinâmica econômica mais geral. Uma das características da dinâmica do mercado de trabalho é a reação defasada em relação ao nível de produção e consumo da economia. Portanto, analisar a conjuntura do mercado de trabalho passa também por examinar as tais questões.

Baltar (2014) faz uma abrangente análise do comportamento do mercado de trabalho brasileiro, sempre com uma avaliação prévia dos condicionantes macroeconômicos. De acordo com o autor, após as sucessivas crises ocorridas, em grande parte, dos anos 1990 até os primeiros anos da década de 2000, o país retomou uma trajetória de crescimento de maior sustentabilidade e estabilidade. O país, a partir de 2004, apresentou taxas de crescimento satisfatórias, com aumento do PIB *per capita* ano a ano. O padrão de crescimento brasileiro, contudo, foi liderado pela absorção interna⁴, que, via de regra, atingia patamares de crescimento superiores aos do PIB e da produção industrial. O Brasil tinha um padrão de crescimento puxado pela demanda interna e o hiato entre esta e a produção industrial e as exportações se elevava constantemente. Este crescimento, liderado pela demanda, sem ser acompanhado

4 Absorção interna é a soma de Consumo das Famílias, Gasto do Governo e Investimento.

pela expansão da oferta, começou a dar sinais de instabilidade ainda em 2012, quando a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou crescimento próximo de zero e a produção industrial redução em relação ao ano anterior. Ou seja, ainda durante o período de crescimento do PIB, condições tanto de demanda (consumo e FBCF) quanto de oferta (produção industrial) começaram a dar sinais de esgotamento. Como mostra o Gráfico 3, produção industrial e FBCF apresentaram evolução marcada por muitos sobressaltos e fortes oscilações. Somente o consumo, mesmo perdendo fôlego continuamente desde 2010, manteve trajetória mais estável. A taxa de crescimento do PIB, por sua vez, ficou relativamente estável até 2008, passou por dois anos anormais (2009 e 2010) e, a partir de então, apresenta taxas de crescimento cadentes.

Gráfico 3 - Taxa de variação real (%), componentes selecionados do PIB - Brasil (2001 a 2014)



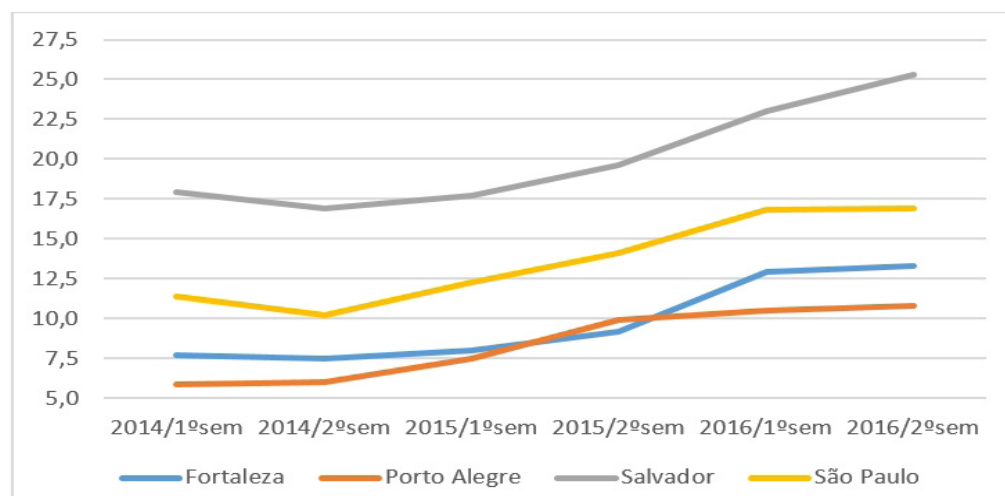
FORNTE: IBGE. SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS

Importante notar que a partir de 2011 o comportamento da produção industrial e da FBCF começam a perder relevância, aumentando a importância do consumo para o crescimento. Contudo, até mesmo o consumo passou a crescer com intensidade cada vez menor, marcando a chegada da crise. Cabe notar que o auge do crescimento do consumo (2010) coincide também com o fim do período definido aqui como de expansão do mercado de trabalho, mostrando a relevância deste para o estímulo da demanda agregada.

Com esta rápida avaliação do desempenho recente da economia brasileira, cabe agora analisar como o desempenho econômico afetou as condições de emprego. Levando em conta quatro das principais regiões metropolitanas brasileiras (Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Fortaleza), serão analisados dados semestrais da PED a partir de 2014 para as características gerais do mercado de trabalho (desemprego, participação, ocupação e rendimento) e mudanças na estrutura deste, em termos de posição na ocupação e setor de atividade.

Conforme apresentado no Gráfico 4, o desemprego total⁵ aumentou continuamente em todas as regiões pesquisadas, sem exceção. O impacto da desaceleração econômica em cada uma das regiões se deu de maneira diversa, à exceção de Porto Alegre, as demais regiões apresentaram redução na taxa de desemprego no segundo semestre de 2014, em comparação com o primeiro. Contudo, a partir do primeiro semestre de 2015, todas as regiões apresentam aumento contínuo das taxas de desemprego, ainda que em intensidades diferentes. Interessante notar também que o desemprego cresceu proporcionalmente mais nas regiões de menor taxa de desemprego: Porto Alegre e Fortaleza.

Gráfico 4 - Taxa de desemprego total (%) - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)



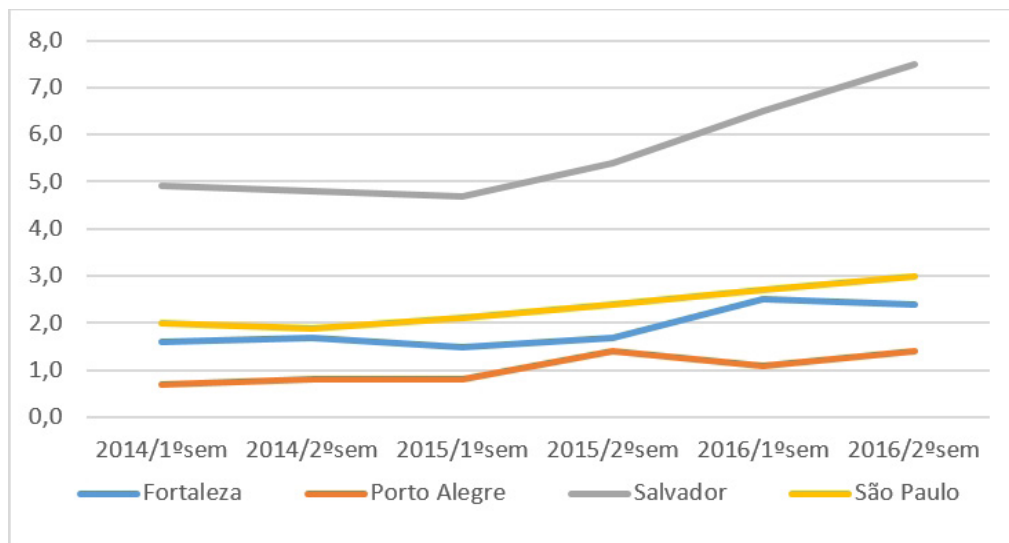
FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT E CONVÊNIO REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

Ainda em relação às taxas de desemprego, cabe notar o aumento também do desemprego oculto, como mostrado pelo Gráfico 5, sobretudo pelo trabalho precário. O contingente de pessoas neste tipo de desemprego, em regiões como Fortaleza e Porto Alegre, era tão baixo que sequer permitia estimativa pela amostra da pesquisa. Contudo, a piora do mercado de trabalho, mais pessoas acabam por aceitar inserção ocupacional em atividades precárias. Mesmo assim, é importante ressaltar que somente Salvador apresenta tendência de aumento da participação do desemprego oculto no desemprego total.

⁵ Uma das características metodológicas da PED é o reconhecimento das idiossincrasias dos mercados de trabalho de economias subdesenvolvidas, portanto o desemprego possui três definições: aberto, oculto pelo trabalho precário e oculto pelo desalento. O desemprego total abarca a o desemprego aberto e os tipos de desemprego oculto. Para uma explicação pormenorizada destes conceitos, consultar DIEESE e SEADE (2009, p. 35-38).

Gráfico 5 - Taxa de desemprego oculto total (%) - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)

DESEMPENHO RECENTE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DA PROFUNDIDADE DA CRISE ECONÔMICA



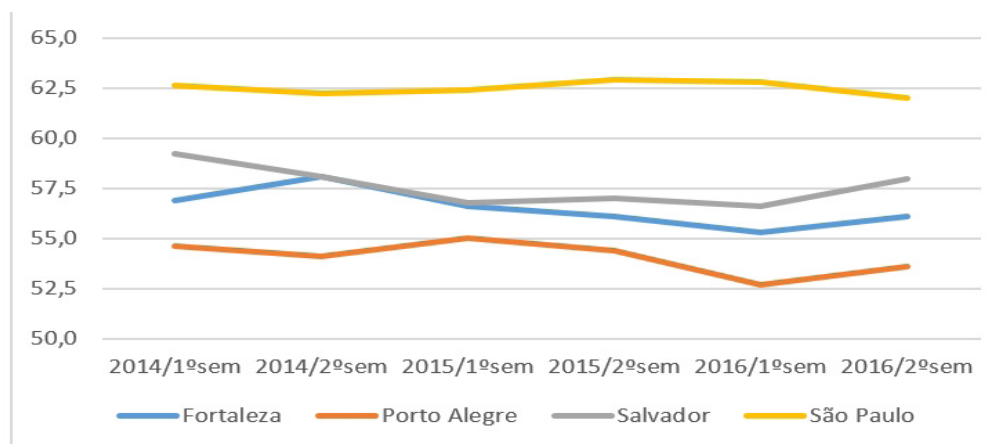
FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT E CONVÊNIO REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

Feita esta primeira caracterização do aumento do desemprego, cabe avaliar a “fonte” que o faz crescer. Devido ao fato de este ser uma razão entre a População Desempregada (PD) e a População Economicamente Ativa (PEA), a pressão sobre a taxa de desemprego pode vir de qualquer uma das fontes. Ou seja, cabe avaliar se o aumento do desemprego deriva do crescimento da pressão sobre o mercado de trabalho⁶ ou da redução dos postos de trabalho. O Gráfico 6 mostra a taxa de participação: como pode ser visto, em termos gerais, ela se reduz ao longo do período, se elevando no último semestre em análise. Somente São Paulo apresenta dinâmica diferente, inclusive, oposta em grande medida. Ou seja, não há uma pressão extra sobre o mercado de trabalho no período, mas o contrário (exceto em São Paulo). Contudo, deve ser ressaltado que não há necessariamente redução, em valores absolutos, da PEA, já que esta apresenta tendência demográfica de aumento. O que se percebe é a redução da proporção de pessoas em idade de trabalhar, procurando emprego ou trabalhando.

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO - Nº 7
ABRIL DE 2017

⁶ Por pressão sobre o mercado de trabalho entende-se aumento da PEA mais do que proporcional ao crescimento da PIA, indicando que a ampliação do número de pessoas no mercado de trabalho não deriva somente de questões demográficas.

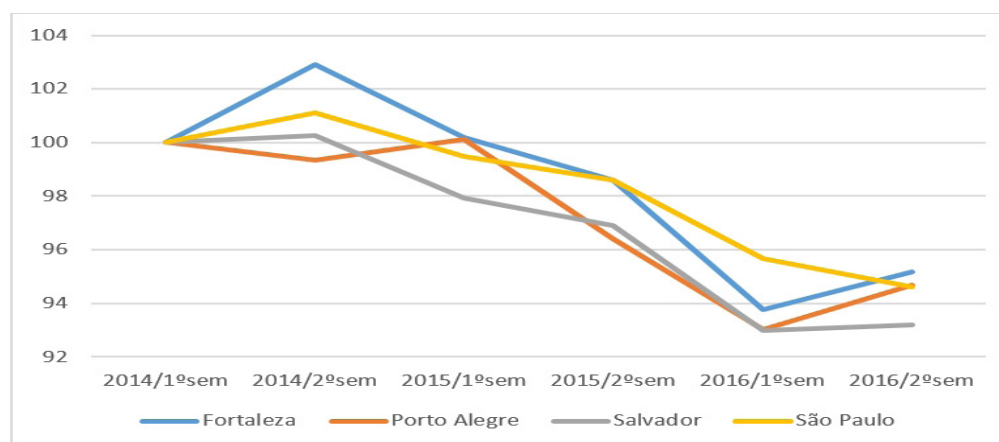
Gráfico 6 - Taxa de participação (%) - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)



FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT E CONVÊNIOS REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

Para complementar esta análise, é importante observar como evoluiu o estoque de ocupados nas regiões. Como o Gráfico 6 mostra, houve redução expressiva no número de ocupados de todas as regiões a partir de 2015. Em 2014, apesar do desempenho macroeconômico ruim, ainda não há impacto significativo sobre o mercado de trabalho. Isso pode ser visto pelo aumento do emprego em todas as regiões, exceto em Porto Alegre. Mesmo com crescimento inexpressivo em 2014, com dois trimestres de crescimento negativo, os impactos sobre o mercado de trabalho só se fizeram sentir no ano seguinte. Contudo os anos de 2015 e 2016 marcaram forte retração no número de ocupados, ainda que haja uma melhora na ocupação no segundo semestre de 2016 em relação ao primeiro.

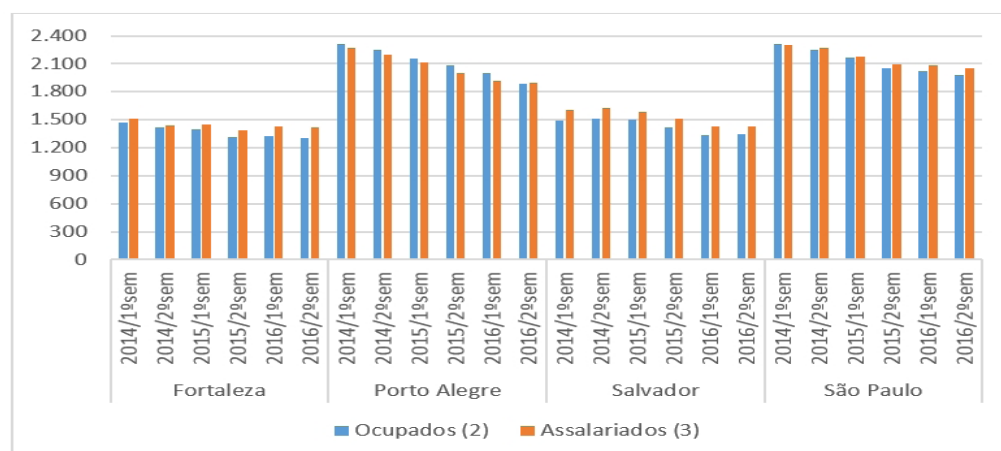
Gráfico 7 - Número de ocupados (início da série=100) - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)



FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT E CONVÊNIOS REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. OBS.: OS VALORES SE ENCONTRAM EM ÍNDICE, O VALOR DO PRIMEIRO VALOR DISPONÍVEL DA SÉRIE EQUIVALE A 100. PARA TODAS AS REGIÕES 100 EQUIVALE AO NÚMERO DE OCUPADOS DA REGIÃO EM QUESTÃO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014.

Em relação aos rendimentos derivados do trabalho, os resultados, como esperado, são semelhantes aos observados para ocupação e desemprego, com redução generalizada. O Gráfico 8 compara a evolução do rendimento dos ocupados e assalariados. Observa-se redução contínua dos rendimentos de ambos os grupos e para todas as regiões (Salvador apresenta aumento na margem no segundo semestre de 2016). Não é notada, contudo, uma regra geral em relação à intensidade da redução do rendimento dos ocupados e assalariados, que variou de região para região. Em Salvador, a redução foi mais intensa entre os assalariados do que entre os ocupados em geral; para as demais regiões, a queda maior foi entre os ocupados.

Gráfico 8 - Rendimento médio real(1) (nov/16) dos ocupados e assalariados - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)



FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT E CONVÊNIOS REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

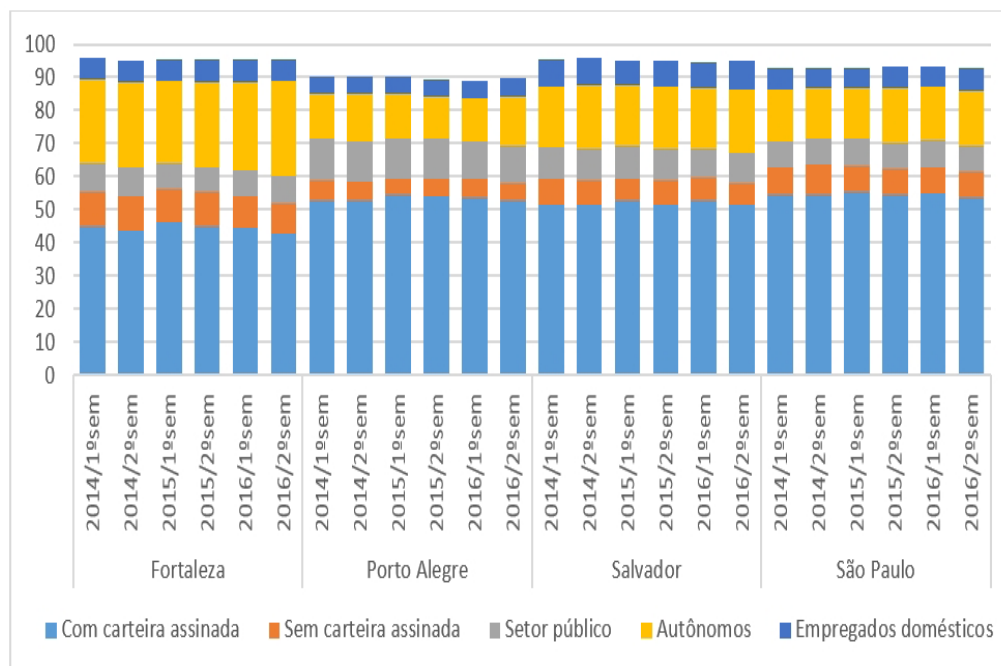
(1) SÃO CONSIDERADOS OS RENDIMENTOS REAIS EM VALORES DE MAIO DE 2016, INFLACIONADOS PELOS ÍNDICES: INPC-RMF/IBGE; IPC-IEPE/RS; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP.

(2) EXCLUEM OS ASSALARIADOS E OS EMPREGADOS DOMÉSTICOS ASSALARIADOS QUE NÃO TIVERAM REMUNERAÇÃO NO MÊS, OS TRABALHADORES FAMILIARES SEM REMUNERAÇÃO SALARIAL E OS TRABALHADORES QUE GANHARAM EXCLUSIVAMENTE EM ESPÉCIE OU BENEFÍCIO.

(3) EXCLUEM OS ASSALARIADOS QUE NÃO TIVERAM REMUNERAÇÃO NO MÊS.

Em relação à estrutura ocupacional, o Gráfico 9 traz a participação relativa de cada uma das cinco principais posições ocupacionais no total de ocupações de cada região. Considerando todas as regiões conjuntamente, não há nenhuma mudança de grande expressão em qualquer das posições, o que indica que, em termos gerais, a intensidade da redução da ocupação, em relação ao estoque de cada posição, foi semelhante. Ou seja, ainda que a redução absoluta no número de ocupados em cada posição tenha sido tanto maior quanto maior a quantidade de ocupados nesta posição, não houve mudanças significativas na estrutura ocupacional: cada uma das posições, em 2016, continua a ter participação relativa semelhante à que tinha em 2014. Mesmo assim, é importante notar que os assalariados com e sem carteira perderam participação relativa, ainda que sem muita expressão, enquanto os autônomos ganharam participação.

Gráfico 9 - Participação percentual das posições ocupacionais no total de ocupados - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)

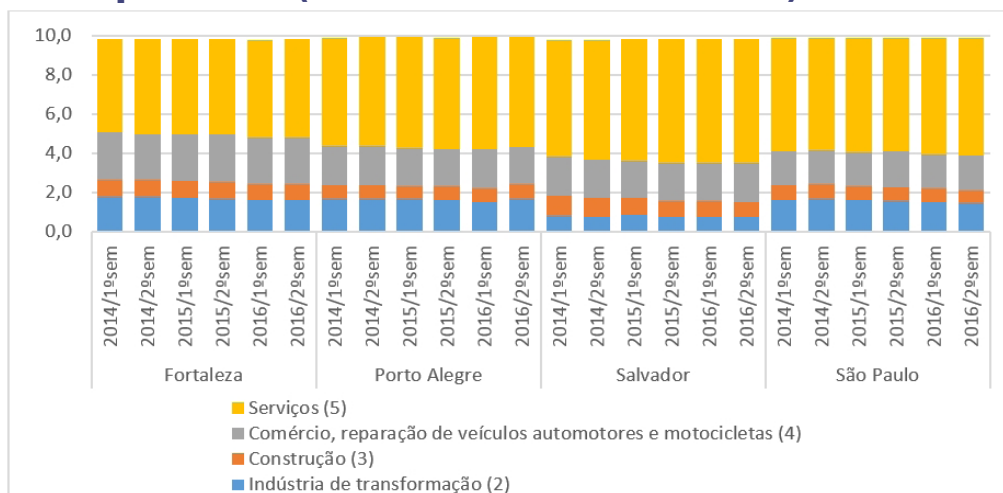


FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT E CONVÊNIO REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

NOTA: A SOMA DE TODAS AS POSIÇÕES OCUPACIONAIS É MENOR DO QUE 100 POIS NÃO ESTÃO REPRESENTADOS NESSE GRÁFICO EMPREGADORES, DONOS DE NEGÓCIO FAMILIAR, TRABALHADORES FAMILIARES SEM REMUNERAÇÃO, PROFISSIONAIS LIBERAIS E OUTRAS POSIÇÕES OCUPACIONAIS.

Por último, cabe analisar as mudanças relativas aos setores de atividade. Como no parágrafo anterior, aqui se analisa a participação relativa de cada setor no total de ocupados e não a variação absoluta na quantidade de ocupados em cada setor. Como pode ser visto pelo Gráfico 10, a mudança mais expressiva é a redução da participação da construção e da indústria de transformação. Essa tendência ocorre para todas as regiões, à exceção de Porto Alegre que a reverte no segundo semestre de 2016. Por outro lado, o setor de serviços ganhou participação relativa em todas as regiões, com maior intensidade nas duas áreas do Nordeste cobertas pela pesquisa. Contudo, cabe ressaltar que esse aumento de participação não significa que houve aumento na quantidade absoluta de ocupados neste setor, mas tão somente que a redução no estoque de ocupados deste setor foi, em relação à proporção no total de ocupados, menos intensa do que nos demais setores.

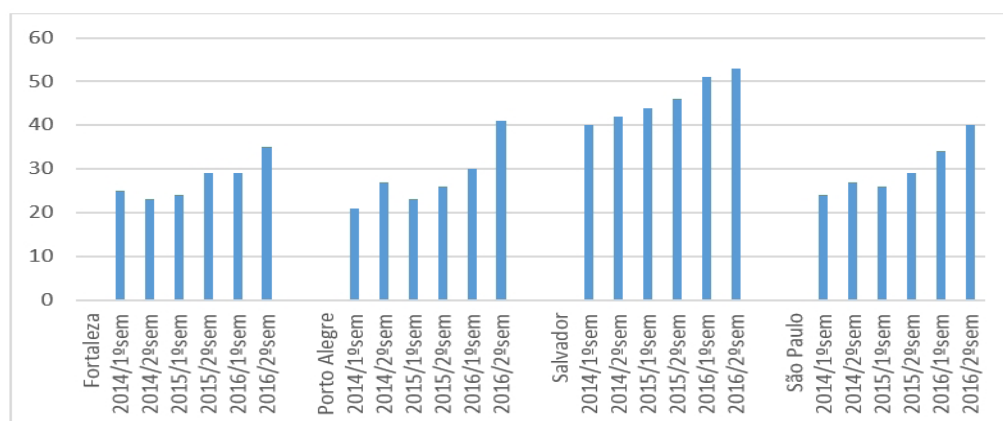
Gráfico 10 - Participação percentual dos setores de atividade no total(1) de ocupados - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)



FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT e CONVÊNIO REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO. NOTA: (1) A SOMA DE TODOS OS SETORES DE ATIVIDADE É MENOR DO QUE 100 POIS NÃO ESTÃO REPRESENTADOS NESTE GRÁFICO: AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA (SEÇÃO A); INDÚSTRIAS EXTRATIVAS (SEÇÃO B); ELETRICIDADE E GÁS (SEÇÃO D); ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO (SEÇÃO E); ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS (SEÇÃO U); ATIVIDADES MAL DEFINIDAS (SEÇÃO V). AS SEÇÕES MENCIONADAS REFEREM-SE À CNAE 2.0 DOMICILIAR; (2) SEÇÃO C DA CNAE 2.0 DOMICILIAR; (3) SEÇÃO F DA CNAE 2.0 DOMICILIAR; (4) SEÇÃO G DA CNAE 2.0 DOMICILIAR; (5) SEÇÕES H A T DA CNAE 2.0 DOMICILIAR

Como último ponto da análise, cabe tratar o tempo médio de desemprego. Como pode ser visto, o tempo médio de procura por trabalho aumentou em todas as regiões, continuamente. No segundo semestre de 2016, foi observado o maior tempo médio de procura em todas as regiões, sendo que em todas elas já se ultrapassa os seis meses de procura. Cabe ainda notar que as regiões com as maiores taxas de desemprego são também aquelas que apresentam maior tempo médio de procura.

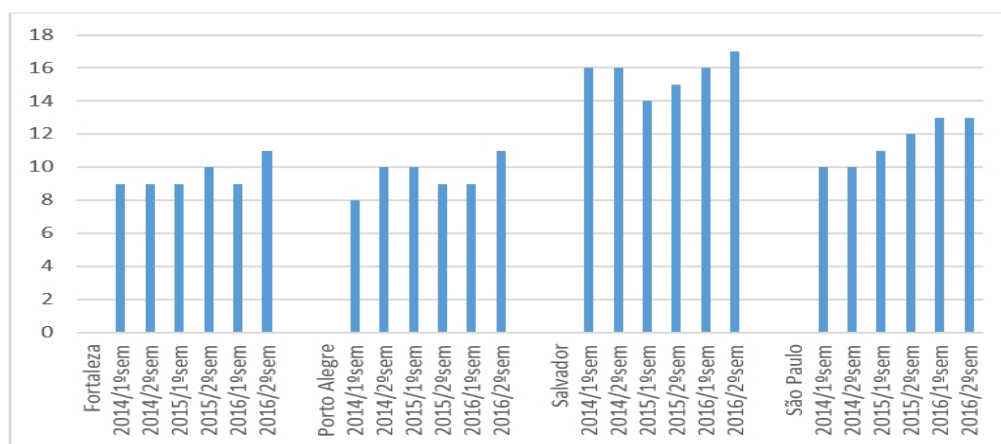
Gráfico 11 - Tempo médio (em semanas) despendido pelos desempregados na procura de trabalho - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)



FONTE: DIEESE/SEADE, MTB/FAT e CONVÊNIO REGIONAIS. PED - PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO

Ainda em relação à dificuldade para se conseguir emprego, também pode se analisar o tempo médio em que o indivíduo deixou ou perdeu o último emprego. Como pode ser visto, o período sem ocupação se elevou para todas as regiões ao longo do período, o que, juntamente com o dado anterior, atesta a dificuldade crescente para se conseguir ocupação. Considerando estes dados, juntamente com os demais, fica clara a deterioração do mercado de trabalho, mesmo com a redução do rendimento e piora na estrutura ocupacional e setorial, conseguir emprego se torna cada vez mais difícil.

Gráfico 12 - Tempo médio (em meses) que deixou ou perdeu o emprego - Regiões metropolitanas (1ºsem/2014 a 2ºsem/2016)



Conclusão

Este texto buscou analisar a conjuntura do mercado de trabalho brasileiro, com o objetivo principal de entender como ele é afetado pela crise econômica atravessada pelo Brasil. A fim de relacionar estas duas questões, buscou-se tratar da evolução dos principais agregados macroeconômicos e posteriormente de vários indicadores do mercado de trabalho. É importante ressaltar que não se buscou aqui uma análise que esgote o assunto, mas tão somente mostrar que: a crise econômica impactou profundamente a dinâmica do mercado de trabalho e em praticamente todos os seus indicadores; a deterioração do mercado de trabalho realimenta a crise ao impactar na dinâmica da demanda agregada, fator de grande importância para o ciclo de crescimento brasileiro. Ademais, ainda se buscou tratar das diferenças regionais do mercado de trabalho nacional: a principal conclusão acerca deste ponto é que a deterioração se espalhou por diferentes regiões, ainda que com dinâmica diferenciada. Dado este escopo limitado, se sugere, de forma de ampliar a agenda futura de pesquisas, que se avalie com maior profundidade a importância do mercado de trabalho para o ciclo de crescimento recente; o papel do mercado de trabalho para o aprofundamento da crise econômico; os impactos sociais

da deterioração do mercado de trabalho; os impactos da deterioração do mercado de trabalho nos diferentes segmentos populacionais.

Para alcançar tais conclusões, o trabalho teve por início uma discussão acerca das particularidades de um mercado de trabalho formado em uma economia subdesenvolvida e as implicações para as condições de ocupação e rendimento. Depois, busca uma definição do que poderia ser tratado como a conjuntura de crise no mercado de trabalho, a partir de que período pode se afirmar que têm início as mudanças que caracterizam o aumento das dificuldades e permitem classificar a época como típica de momento de crise. A partir de então, é realizada breve apreciação de algumas variáveis macroeconômicas para se qualificar a crise e realizar a ligação entre desempenho econômico (entendido aqui como crescimento do PIB e suas principais variáveis) e do mercado de trabalho. A partir de então, são analisadas as mudanças recentes no mercado de trabalho de cinco das principais regiões metropolitanas do país: Porto Alegre, São Paulo, Salvador e Fortaleza.

A partir dessa discussão, percebe-se a extensão e a profundidade dos impactos da crise no mercado de trabalho. De todos indicadores e estatísticas analisadas, não há um sequer que não tenha piorado. A retração econômica afeta os mercados de trabalho de todas as regiões. Obviamente, a intensidade e a forma específica como a crise atinge cada uma das regiões depende de como a economia e o mercado de trabalho regional estão estruturados, mas os resultados gerais são muito semelhantes: aumento do desemprego aberto e oculto, devido à redução do número de ocupados e queda dos rendimentos, tanto dos assalariados quanto dos ocupados em geral. Interessante notar ainda que as regiões não apresentaram variação de grande intensidade na estrutura ocupacional, ao menos não na intensidade que seria esperada dado a profundidade da crise. Ainda, cabe notar a piora significativa para encontrar ocupação, medido tanto pelo tempo de busca por emprego quanto pelo tempo desde o último emprego. Ressalta-se como o tempo médio de procura por emprego já ultrapassa seis meses para todas as regiões e o tempo médio sem emprego já ultrapassa um ano para as regiões de São Paulo e Salvador.

Os indicadores tratados acima mostram, ainda que indiretamente, como a crise do mercado de trabalho impacta nas condições sociais de vida da população, tornando a crise econômica uma crise de preocupantes dimensões sociais. Uma economia como a brasileira, cujo mercado de trabalho é marcado por heterogeneidade e insuficiência para absorver os contingentes populacionais que buscam trabalho, que tem estrutura de rendimentos baixa e desigual, quando passa por um processo de crise, tem essas características aguçadas, o que fatalmente comprometerá ainda mais as condições sociais do país. O momento atual é de buscar formas de não deixar os níveis de emprego e renda continuarem no processo de deterioração, via programas de manutenção do emprego, políticas sociais de transferência de renda, de forma a garantir condições sociais mínimas à população. A retomada do emprego e da renda, por sua vez, só virá com políticas pró-crescimento e pró-distribuição de renda. Por

mais que o ciclo de crescimento brasileiro tenha se esgotado, a experiência de crescimento com redução da desigualdade foi uma marca na história econômica do país. Mais do que renegar a forma como ocorreu tal ciclo, é importante buscar formas que façam com que ele se torne mais autossustentado. Políticas que privilegiem distribuição de renda e inserção ocupacional de qualidade, como forma de emancipação social e redução da desigualdade e não somente como meio de subsistência têm que estar no centro de qualquer agenda de desenvolvimento nacional.

Referências bibliográficas

BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. In: CALIXTRE, A.; BIANCARELLI, A.; CINTRA, M. (eds.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: IPEA, 2014.

CARLEIAL, L. Subdesenvolvimento e mercado de trabalho: uma análise a partir do pensamento latino-americano. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, set./dez. 2010.

CEPAL. **La medición del empleo y de los ingresos en áreas urbanas a traves de encuestas de hogares**. Santiago do Chile: Comisión Económica para América Latina, 1979.

DEDECCA, C. **A redução da desigualdade e seus desafios**. Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: n. 2031, 2015.

DIEESE; FUNDAÇÃO SEADE. **Pesquisa de emprego e desemprego (PED): conceitos, metodologia e operacionalização**. São Paulo: DIEESE, 2009.

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PREBISCH, R. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1968.

REZENDE, F. **Financial fragility, instability and the brazilian crisis: a Keynes-Minsky-Godley approach**. Multidisciplinary institute for development strategies discussion paper. Geneva: n. 1, 2016.

ROSSI, P.; MELLO, G. Componentes Macroeconômicos e Estruturais da Crise Brasileira: o Subdesenvolvimento Revisitado. **Brazilian keynesian review**. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, jul/dez 2016.